

MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA**LEIS ANO 1997**

Nº DA LEI	SÚMULA
Lei 090	Autoriza a doação de imóvel urbano do Município, ao Estado do Paraná, para ser utilizado pela Polícia Militar, e dá outras providências.
Lei 092	Altera nome de Ruas que menciona e dá outras providências.
Lei 093	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do Orçamento do Município de Santa Lúcia para o exercício de 1998 e dá outras providências.
Lei 094	Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a contratar Operação de Crédito, com o Banco do Estado do Paraná S/A, através do FDU - Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - PARANA URBANO.
Lei 095	Regulamenta a mudança, transformação e criação de cargos no quadro único de pessoal de provimento efetivo do executivo municipal e dá outras providências.
Lei 096	Declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Linha Santa Catarina.
Lei 097	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
Lei 098	Institui normas gerais e padrões de urbanismo para a cidade de Santa Lúcia e dá outras providências.
Lei 099	Autoriza o Executivo Municipal a proceder contratação de servidores por tempo determinado, para atender necessidades na área da saúde pública.
Lei 100	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a isentar a cobrança do ITBI, sobre os lotes urbanos do Município de Santa Lúcia e dá outras providências.
Lei 101	Dispõe sobre as taxas municipais e dá outras providências.
Lei 102	Autoriza o Executivo Municipal a denominar a Linha que menciona e dá outras providências.
Lei 103	Institui normas gerais que visam regulamentar a lei de urbanismo, notadamente, no que diz respeito ao parcelamento do solo, às edificações e as posturas municipais.
Lei 104	Dispõe sobre a instituição do Plano de Incentivo à Industrialização, no Território do Município e dá outras providências.
Lei 105	Dispõe sobre a planta genérica de valores da área Urbana para fins de cálculo do IPTU, e da área Urbana e Rural, para fins de cálculo do ITBI, para o exercício de 1998 e subsequentes.
Lei 106	Dispõe sobre a divisão do Território Urbano Municipal, em Setores, para fins de atribuição do valor venal dos Imóveis, para efeito de Cobrança do IPTU e do ITBI.
Lei 107	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santa Lúcia para o exercício financeiro de 1998.
Lei 108	Declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Santa Lúcia.
Lei 109	Altera a Lei nº 106/97 de 17/11/97 e define o valor venal dos imóveis definidos por esta Lei.